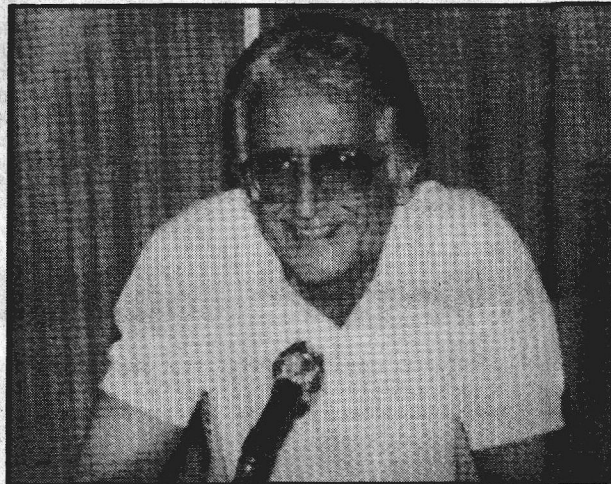


José Pinotti acha o projeto um retrocesso



Thiers critica a política de medicamentos

Farmacêuticos também criticam o plano

Outro setor que também vê falhas no projeto de lei orgânica do Ministério da Saúde enviado ao Congresso Nacional é o farmacêutico. Eles não questionam problemas conjunturais como a estruturação do Sistema Único de Saúde, mesmo porque não é de sua competência. A crítica da categoria está no que diz respeito à política de medicamentos, o que segundo o presidente do Conselho Federal de Farmácia, Thiers Ferreira, não existe e ao que tudo indica vai continuar não existindo.

Thiers Ferreira diz que não apreciou ainda o projeto de lei de autoria do deputado Raimundo Bezerra, por isso não pode fazer qualquer comparação. Baseia-se apenas no projeto do executivo, o qual já leu e viu que

não reformula a política de medicamentos. Segundo ele a matéria só é relatada no artigo sexto que trata dos objetivos e atribuições, o qual dá competência para o SUS para formular uma política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção, sem detalhar a questão.

O presidente do Conselho Federal de Farmácia diz que é preciso que se crie uma independência do setor de fármacos com relação às multinacionais. Thiers Ferreira diz que já existe uma empresa para isso, a Central de Medicamentos, Ceme, mas que não está atuando da maneira que se propôs, investindo na pesquisa e produzindo aqui mesmo no

Brasil os medicamentos destinados à população brasileira.

Ele ressalta que a atual direção da Ceme está empenhada em soluções para o setor, mas que está praticamente impossível que haja alguma mudança a curto prazo. Thiers Ferreira lembra que a política de medicamentos já existe no papel, só é preciso que ela funcione através da Ceme.

Isso inclusive faz parte de um anteprojeto de lei no qual os profissionais do setor de saúde estão trabalhando para tentar a regulamentação da profissão de farmacêutico. A apresentação do projeto ao Congresso — uma emenda popular — só deve ser feita no próximo ano, com a posse do novo Presidente da República.